



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
SECRETARIA EXECUTIVA  
FUNDO SETORIAL DE ENERGIA ELÉTRICA**

---

**ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ GESTOR DO CT- ENERG**

**Data:** 19 de janeiro de 2006

**Local:** Sala dos Conselhos

**Horário:** De 11h às 17 h

**1 - PRESENTES**

**1.1 - Membros Titulares do Comitê Gestor:**

<b>Augusto Cesar Gadelha Vieira (Presidente)</b>	Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT
Fernando Nielander Ribeiro	Agência FINEP
John Milne Albuquerque Forman	Comunidade Científica
Celso Pinto de Melo	UFPE/Comunidade Científica
José Roberto Drugowich	CNPq
Manoel Eduardo Negrisoni	ANEEL

**1.2 - Secretaria Técnica – SETEF / Agências e Participantes:**

Luis Manuel Rebelo Fernandes	MCT/Secretário Executivo
Aldo Pinheiro da Fonseca	MCT
Rita Rodrigues de Assunção	MCT
Eloiza Thompson	MCT
Carlos Alberto Ribeiro Avellar	ABRADEE
Laércio de Sequeira	FINEP
Marlon José de Lima	CNPq
Ralph Lima Terra	ABDIB - Setor Empresarial
Adriano Duarte Filho	MCT
Adelson Gomes Ferraz	MME/CHESF
Eduardo Soriano Lousada	MCT
Breno de Souza França	MCT
Maria de Lourdes Cardoso dos Santos	MCT
Aurélio Calheiros de Melo Junior	ANEEL

**2 - PAUTA DA REUNIÃO**

1. Definição e alocação de recursos para as Ações Transversais de 2006;
2. Definição e alocação de recursos para as Ações Verticais de 2006;
3. Outros assuntos.

### **3 - ANDAMENTO DA REUNIÃO**

#### **3.1 - Abertura:**

Iniciando a reunião, o Presidente do Comitê Gestor, Dr. Augusto César Gadelha Vieira, cumprimentou os presentes e falou que o objetivo principal era a definição e alocação de recursos para as ações transversais e verticais de 2006. Em seguida, fez um rápido comentário sobre a planilha da previsão orçamentária para 2006 e 2007, constante das pastas. Mencionou o valor disponível para novas ações, que é de R\$ 36.133.000,00 (trinta e seis milhões e cento e trinta e três mil reais), para as ações transversais e de R\$ 43.115.000,00 (quarenta e três milhões e cento e quinze mil reais), para as ações verticais. Continuando, falou sobre a metodologia de alocação dos recursos nas ações transversais, que seria de 70% em ações correlatas à área de energia e 30% em outras ações ressaltando que isso seria uma sugestão para aprovação do Comitê. Após mais alguns comentários, passou a palavra ao Secretário Executivo-MCT, Dr. Luis Manuel Rebelo Fernandes. Dr. Luis Fernandes iniciou sua palestra cumprimentando todos e falando que sua presença na abertura da reunião seria para atender a uma demanda de informações como qual seria a posição e consolidação das propostas de ações transversais e como se situariam as propostas que haviam sido enviadas pelo próprio Comitê Gestor. Falou sobre a importância dos fundos setoriais, que na verdade funcionam como linhas de aplicação de recursos no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT administrado pela FINEP. Disse ainda que, apesar de o FNDCT existir há longa data, até hoje não foi regulamentado. Informou que já está em fase final de tramitação no Congresso um projeto de regulamentação do FNDCT. Ressaltou que o FNDCT é uma peça legislativa da maior importância, porque é ela quem vai consolidar a arquitetura de funcionamento dos fundos setoriais. Comentou que após a regulamentação do FNDCT será constituído um Conselho Diretor do fundo, com uma representação tripartite formada por representantes do governo, do setor empresarial, e do setor científico-tecnológico-acadêmico, e que esse Conselho será o responsável pela definição das grandes orientações de funcionamento do fundo, tanto no que concerne à linha de investimento dos fundos setoriais especificamente, quanto inclusive em relação ao FNDCT livre, que seriam os recursos operados diretamente pela FINEP sem intermediação dos comitês gestores na definição da linha de investimento. Disse ainda que, uma vez aprovado, se complementar a construção legal regulatória da arquitetura não só dos fundos setoriais, como, também, do próprio sistema nacional de ciência e tecnologia. Com isso e com a aprovação da Lei de Inovação, vai-se estabelecer um novo marco regulatório para o fomento de inovação no país. Em seguida, falou sobre o novo modelo de gestão que, respeitando a legislação que deu origem aos fundos setoriais, procura promover uma agregação, uma ação mais integrada, combinada com um maior foco estratégico e impacto estruturante nos investimentos dos fundos setoriais. Esse novo modelo materializou-se na ativação do Comitê de Coordenação e na proposição de ações transversais que pudessem combinar as ações dos fundos setoriais, reduzindo o grau de dispersão e segmentação de ações que existiam até então. Continuando, explicou que as ações transversais seriam proposições de atividades combinadas entre os fundos para se obter ações, programas e investimentos, com maior impacto estruturante e com maior foco estratégico conforme as prioridades da política de desenvolvimento definidas pelo próprio governo. Em seguida, apresentou o documento sobre as linhas de ação, preparado pelo Comitê de Coordenação, baseado nas sugestões de ações transversais vindas dos comitês gestores. Fez uma explanação de como esse documento foi elaborado, em quais linhas de ações as sugestões foram alocadas e a definição como transversais e/ou verticais.

Em seguida, o Senhor Ralph Lima Terra – representante do Setor Empresarial/ABDIB- perguntou ao Secretário, Dr. Luis Fernandes, se existe algum movimento no sentido de ampliar a utilização de recursos que estão previstos em 2006 e 2007, levando em consideração o volume de recursos contingenciados nos dois últimos anos. O Secretário respondeu que isso é uma luta constante e

permanente contra a retirada de recursos do FNDCT e que há uma pressão interna dentro do governo no sentido de liberar os recursos que estão na reserva de contingência. Prosseguindo, disse que a forma para se conseguir a liberação desses recursos é dando um foco estratégico nas ações dos fundos setoriais, mostrando a relevância delas para grandes projetos estratégicos de desenvolvimento nacional, por meio de uma agenda positiva, e gradativamente eliminar a reserva de contingência. Ressaltou o sucesso dessa iniciativa e citou o exemplo feito com o CT-Infra, que no final do ano passado pela primeira vez conseguiu retirar recursos da reserva de contingência para apoiar projetos de infra-estrutura na área de ciência, tecnologia e inovação, em função da crise com a febre aftosa. Continuando, disse que foi encaminhada ao Congresso uma proposta no momento em que estava sendo elaborada a LDO que, para 2006, coerente com a proposta que já estava em discussão na regulamentação do FNDCT, estabelecia o teto de 60% da reserva de contingência, ou seja, teria que ser assegurado no mínimo 60% dos recursos dos fundos setoriais. Acontece que, tendo o projeto de lei orçamentária sido enviado para o Congresso antes da aprovação da LDO pelo próprio Congresso, a LDO incorporou essa proposta e gerou-se uma contradição, porque o projeto de lei orçamentária inverteria essa discussão. Eram 60% na reserva de contingência e 40% liberados para investimento dos fundos. Diante disso, foi feito um acordo entre Governo, Planejamento Fazenda para que na discussão do orçamento no Congresso, fosse recomposto o valor integral de 60%. Tal procedimento está em fase final de liberação e há grande expectativa positiva de que esse teto seja aprovado, o que representará um montante em torno de um bilhão e duzentos e quarenta e cinco milhões para investimento dos fundos em 2006. Após mais alguns comentários, agradeceu a atenção dos presentes e encerrou sua palestra.

O Presidente, Dr. Augusto César Gadelha Vieira, sugeriu que se iniciasse a discussão sobre a proposta para as ações transversais. Pediu a todos que verificassem a planilha que continha as sugestões para alocação de recursos. Explicou que as sugestões apresentadas foram feitas nas grandes linhas, no entanto, caberia ao Comitê a decisão de aprovar as propostas nas linhas gerais ou, se preferisse, apoiar itens específicos.

O Senhor Fernando de Nielander Ribeiro, Finep, lembrou que na última reunião já havia sido discutido em quais ações transversais o comitê concordaria participar, faltando somente a discussão do valor a ser alocado, tendo em vista que os membros do Comitê necessitariam de mais informações a respeito de cada uma das sugestões apresentadas.

Prosseguindo, o Presidente enumerou uma a uma as ações sugeridas anteriormente, já com os valores propostos pelo Comitê de Coordenação para a aprovação dos membros, conforme visualiza-se abaixo:

1.2 -Apoio à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico no valor de R\$ 1.000.000,00 em 2006 e 2007;

1.3 – Formação, capacitação e fixação de recursos humanos para pesquisa científica, tecnológica e inovação no valor de R\$ 1.200.000,00 em 2006 e 2007;

1.4 – Rede de informação e computação(nova RNP) no valor de R\$ 3.000.000,00 em 2006;

2.2.1-Programa de qualificação e modernização dos IPTs no valor de R\$ 400.000,00 em 2006 e 2007;

2.2.3-Tecnologia Industrial Básica-TIB no valor de R\$ 2.900.000,00 em 2006 e 2007;

2.2.5-Parques tecnológicos e incubadoras-PNI no valor de R\$ 500.000,00 em 2006 e 2007;

2.3.1.3-Microeletrônica no valor de R\$ 2.000.000,00 em 2006 e 2007;

2.3.1.4-Software no valor de R\$ 2.300.000,00 em 2006 e R\$ 2.000.000,00 em 2007;

- 2.3.1.5-Bens de capital no valor de R\$ 500.000,00 em 2006 e 2007;
- 2.3.3-Biomassa e energias do futuro no valor de R\$ 12.000.000,00 em 2006 e 2007;
- 3.2-Programa nuclear no valor de R\$ 8.000.000,00 em 2006 e R\$ 9.000.000,00 em 2007;
- 3.4-Ciência e tecnologia na Amazônia no valor de R\$ 400.000,00 em 2006 e 2007;
- 3.5- Recursos do mar no valor de R\$ 600.000,00 em 2006 e R\$ 450.000,00 em 2007;
- 3.6-Meteorologia no valor de R\$ 400.000,00 em 2006 e 2007; e
- 4-C&T para a inclusão e o desenvolvimento social no valor de R\$ 1.000.000,00 em 2006.

O Senhor John Forman, representante da Comunidade Científica, questionou o fato de se estar colocando recursos no sub-item 2.3.1.3-*Microeletrônica* e a parte de nanotecnologia, que ele considera de suma importância para energia, não ter sido contemplada. Nessa mesma linha, o Senhor Celso Pinto de Melo, representante da Comunidade Científica pela UFPE, disse sentir-se surpreso pelo fato de no item 2.3.2-*Áreas portadoras do futuro (Nanotecnologia e Biotecnologia)* só haver recursos em biomassa e nada em nanotecnologia, que ele também considera de grande importância para a área de energia.

O Presidente do Comitê explicou que no ano passado foi feito um investimento maciço na parte de nanotecnologia e que ele tem impacto no orçamento desse ano, não havendo, portanto, necessidade de mais recursos para essa ação no momento.

O Senhor Fernando, Finep, lembrou que no ano passado o Comitê aprovou uma ação transversal em RBT que contou com uma contrapartida da Eletrobrás. Reforçou que talvez fosse interessante para o Comitê apoiar novamente essa ação em 2006 e manter parceria com a Eletrobrás que, segundo informação do Sr. Laércio (Finep), estaria interessada em entrar novamente com uma contrapartida nessa ação.

Alguns dos membros do Comitê questionaram se as ações transversais, uma vez aprovadas, teriam aderência com a área de energia elétrica e se os recursos seriam gastos em projetos do CT-Energ. Consideram também que pelo nível de informações apresentadas fica impossível saber o que já foi feito, o que já está comprometido, informações que consideram essenciais. Diante disso, o Presidente propôs ao comitê que à medida que os termos de referência fiquem prontos, antes de serem enviados às agências, sejam distribuídos aos membros do comitê para que eles tomem conhecimento não só da abrangência, como também, de como é que estão sendo utilizados esses recursos, para que nas próximas reuniões não surjam dúvidas ou questionamentos com relação ao que está sendo aprovado.

O Senhor Celso Melo disse não se sentir confortável em aprovar a alocação de oito milhões para o programa nuclear, tendo em vista não dispor de elementos suficientes para saber se esse valor é suficiente ou se está acima do que se pretende. Salientou ser necessário conhecer um pouco mais sobre os projetos que já estão em andamento nessa área.

Senhor Adriano, MCT, esclareceu que esse programa trata-se de um investimento da Marinha, um projeto de três anos e falou sobre um segundo projeto de interação para fazer um reator pequeno cujos recursos aportados seriam apenas para o início dos estudos.

O Senhor Soriano, MCT, esclareceu que esse é um projeto específico da unidade de hexafluoreto de urânio do ciclo nuclear. Eles têm uma tecnologia muito básica e precisam fechar o ciclo. Disse também que já houve outros investimentos na área de combustíveis e equipamento de laboratórios e que esses recursos, inicialmente de oito milhões, seriam especificamente para a unidade hexa. Nessa mesma linha, o Presidente completou que esses investimentos têm sido fundamentais para o setor, e podem fazer que o Brasil, em poucos anos, domine o ciclo do combustível nuclear levando-o a sua auto-suficiência de combustíveis nucleares, diminuindo custos para geração termonuclear, bem

como habilitando-o a exportar combustíveis com alto valor agregado. Destacou que nos primeiros anos o setor de conversão possuía maior prioridade em função de ser a etapa que ainda não estava totalmente consolidada no país. Nesse sentido, prevê-se o aporte de oito milhões por ano e de três anos para conclusão da unidade de produção de hexafluoreto de urânio, prioridade das atividades industriais da INB-Indústrias Nucleares do Brasil e dos compromissos com agências internacionais. Após mais alguns questionamentos com relação a esse tema, o Presidente sugeriu aos membros do Comitê que se faça uma nova reunião, dentro de mais ou menos trinta dias, para que sejam feitas apresentações sobre o programa nuclear por parte do pessoal da Marinha, da INB e também do MCT. A data escolhida foi o dia 13.02.2006. Foi também sugerido convidar o pessoal do Ministério das Minas e Energias para, juntamente com o MCT, falar sobre ação de biomassa e energias do futuro.

O Senhor Fernando Nielander, Finep, sugeriu a todos que, diante das informações apresentadas, o Comitê aprovasse as ações transversais conforme proposta do Comitê de Coordenação, mas, que, a aprovação dos oito milhões para o programa nuclear, assim como, os doze milhões sugeridos para a ação de biomassa e energias do futuro, ficassem condicionadas a um conhecimento e uma discussão mais aprofundada dos projetos e que o Comitê designasse um dos seus representantes para acompanhar de perto esse assunto.

O Senhor Celso Melo sugeriu que, ao invés de um só representante, que fosse formado um subgrupo para acompanhar os trabalhos.

Dando continuidade, o Presidente pediu a todos que verificassem a planilha contendo as propostas para as ações verticais. Informou que a equipe técnica do MCT e da Finep fizeram uma análise de cada uma das sugestões apresentadas e atribuíram a cada uma delas uma prioridade: A e B para propostas prioritárias, C para as menos prioritárias e D para propostas já contempladas em outras ações, sem formação suficientes ou sem aderência ao setor de energia. Estas notas foram dadas a título de sugestão, mas ficaria a cargo dos membros do Comitê a decisão final.

O Senhor John Forman sugeriu que se apoiasse a sugestão de número sete – Programa de Combustíveis Sólidos - mas com a inclusão do gás metano. Também fez referência às sugestões de números 10, 11 e 13, que deveriam ser agrupadas à sugestão 28-Geração de eletricidade e dessalinização de água do mar - por considerar que um programa integrado seria melhor do que ações separadas.

O Senhor Celso questionou a sugestão número 19-Rede de laboratórios regionais e certificação meteorológica - que foi classificada como prioridade D, pois considera o setor de certificação ainda muito carente no Brasil. Nessa mesma linha, o Senhor Manoel Negrisoni-ANEEL - disse que a evolução do sistema de medição de energia elétrica está realmente barrada por falta de certificação.

O Senhor Laércio reforçou a idéia de se aprovar uma ação específica em TIB para o setor elétrico.

O Senhor Celso mencionou que seria interessante para o Comitê avaliar a possibilidade de apoiar uma ação de programa de formação de recursos humanos na área de energia. O Presidente sugeriu, então, que se analisassem todas as ações já propostas e, no final, se houvesse sobra de recursos, fossem destinados a um projeto piloto de formação de recursos humanos. Na sequência, o Presidente propôs ao Comitê que, devido à falta de tempo para discussão das sugestões apresentadas, fossem aprovados os itens sobre os quais havia consenso.

O Senhor Adelson Ferraz-MME afirmou não se sentir confortável para avaliar tais sugestões, pois não dispunha de informações suficientes para uma decisão imediata. Diante disso, o Senhor Celso sugeriu que o Comitê estabelecesse uma equipe técnica, formada por técnicos do MCT, para fazer uma recomposição orçamentária.

O Presidente propôs que já ficassem aprovadas de imediato as ações de Fontes de Energias Renováveis: energia eólica e energia solar e a ação de TIB e que as ações de números 20, 33 e 27, que o comitê julgou não serem pertinentes, fossem cortadas. As restantes deveriam ser aprovadas por meio eletrônico. Em seguida, solicitou aos técnicos do MCT que ficassem encarregados de elaborar uma nota técnica, em que deverá constar as justificativas necessárias para esclarecer todas as dúvidas e a planilha das propostas. Esse material deveria ser enviado a todos os membros do comitê por meio eletrônico. Sugeriu aos membros um prazo de uma semana para analisarem e

aprovarem as propostas, colocando suas notas na própria planilha por ordem de prioridade A, B, C ou D e, em seguida, devolve-la com as notas via e-mail.

O Senhor Ralph-ABDIB - falou sobre o programa MBA, gestão sócio ambiental, que foi uma ação iniciada em 2005 que necessitaria de uma continuidade em 2006 e 2007. Sugeriu, então, para ficar compatível com a decisão da área de petróleo, que fosse aprovado um milhão em 2006 e igual quantia em 2007.

Após a concordância de todos e nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrados os trabalhos.

## 7 - ASSINATURAS

---

AUGUSTO CESAR GADELHA VIEIRA

Presidente do Comitê Gestor

---

FERNANDO NIELANDER RIBEIRO

Representante da FINEP

---

JOHN MILNE DE ALBUQUERQUE FORMAN

Representante da Comunidade Científica

---

DILTON DA CONTI OLIVEIRA

Representante MME

---

MANOEL EDUARDO NEGRISOLI

Representante ANEEL

---

RALPH LIMA TERRA

Representante Setor Empresarial

---

CARLOS ALBERTO RIBEIRO AVELLAR

Representante Setor Empresarial